

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.357 - SP (2019/0310164-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : JANIZ MARTINEZ RUIZ  
**RECORRENTE** : LOYD CAMARGO ZANELATO  
**ADVOGADOS** : CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569  
CAROLINE BASTIDAS DE PRINCE - SP338003  
**RECORRIDO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**PROCURADOR** : DANIELLE GONÇALVES PINHEIRO - SP226424  
**INTERES.** : ZELIA TERESINHA SILVERIO  
**INTERES.** : AGLAIR VICTORINO  
**INTERES.** : ATTILIO GIOVANCARLI  
**INTERES.** : AUGUSTO ALVES MOREIRA  
**INTERES.** : DECIO FERREIRA MENDES  
**INTERES.** : ENI GONCALVES STRAUB DUARTE  
**INTERES.** : GERALDO LUIZ PEREIRA DE ARAUJO  
**INTERES.** : IONICE FERREIRA DIAS BUSO  
**INTERES.** : JANETE SEMIGHINI  
**INTERES.** : JOSE NOGUEIRA BARROS  
**INTERES.** : JOSEFINA GUERRA SPOLON  
**INTERES.** : MARGARIDA MARTINES FRANCO  
**INTERES.** : MARIA APARECIDA GOULART  
**INTERES.** : MARIA DAS GRACAS SILVA  
**INTERES.** : MILTON BERGAMIN  
**INTERES.** : RAPHAEL ABBATE  
**INTERES.** : THEO DE MELLO COSTA  
**INTERES.** : VERA MARIA TRANDAFILOV  
**ADVOGADOS** : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237  
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569  
**AGRAVANTE** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**PROCURADOR** : DANIELLE GONÇALVES PINHEIRO - SP226424  
**AGRAVADO** : ZELIA TERESINHA SILVERIO  
**AGRAVADO** : AGLAIR VICTORINO  
**AGRAVADO** : ATTILIO GIOVANCARLI  
**AGRAVADO** : AUGUSTO ALVES MOREIRA  
**AGRAVADO** : DECIO FERREIRA MENDES  
**AGRAVADO** : ENI GONCALVES STRAUB DUARTE  
**AGRAVADO** : GERALDO LUIZ PEREIRA DE ARAUJO  
**AGRAVADO** : IONICE FERREIRA DIAS BUSO  
**AGRAVADO** : JANETE SEMIGHINI  
**AGRAVADO** : JANIZ MARTINEZ RUIZ  
**AGRAVADO** : JOSE NOGUEIRA BARROS  
**AGRAVADO** : JOSEFINA GUERRA SPOLON  
**AGRAVADO** : LOYD CAMARGO ZANELATO  
**AGRAVADO** : MARGARIDA MARTINES FRANCO

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVADO : MARIA APARECIDA GOULART  
AGRAVADO : MARIA DAS GRACAS SILVA  
AGRAVADO : MILTON BERGAMIN  
AGRAVADO : RAPHAEL ABBATE  
AGRAVADO : THEO DE MELLO COSTA  
AGRAVADO : VERA MARIA TRANDAFILOV  
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237  
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JANIZ MARTINEZ RUIZ e OUTRO, com base na alínea **a** do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS INATIVOS E PENSIONISTA DE SERVIDOR FALECIDO PROVENTOS E PENSÃO CONVERSÃO EM URV DOS VALORES FIXADOS EM CRUZEIRO REAL NECESSIDADE AÇÃO PROCEDENTE SENTENÇA CONFIRMADA NO SUBSTANCIAL. PRESCRIÇÃO RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO ENVOLVENDO SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E PENSIONISTAS E ENTIDADE PÚBLICA FUNDO DO DIREITO NÃO ATINGIDO, EXCEÇÃO A DOIS AUTORES QUE EM 01.03.94 NÃO ERAM PENSIONISTAS E QUE INGRESSARAM COM A DEMANDA MAIS DE CINCO ANOS APÓS O INÍCIO DO PAGAMENTO DAS PENSÕES, EM RELAÇÃO AOS QUAIS A PRESCRIÇÃO FICA RECONHECIDA" (fl. 292e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC - REJEIÇÃO" (fl. 333e).

Em seu recurso, a parte recorrente alega ofensa à Súmula 85 do STJ e ao art. 543-C, do CPC/73, sob as seguintes alegações:

**"IV - DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL**  
(...)

**DA NEGATIVA DE VIGÊNCIA À SÚMULA 85 DO STJ.**

Primeiramente, cumpre esclarecer que, muito embora a r. decisão tenha considerado a prescrição do fundo de direito, esta não está configurada. Não obstante a existência da Súmula 85 do STJ, a jurisprudência é pacífica quanto ao entendimento que nas relações jurídicas de trato sucessivo, em que se verifica erro no pagamento de diferenças de vencimentos/pensões, cuja repetição se dá mensalmente, a prescrição quinquenal atinge apenas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação.

(...)

Deste modo, ao abordar o tema da prescrição em face da matéria em voga, ao invés de reconhecê-la, DEVERIA TER APLICADO A REGRA INSERIDA NA SÚMULA 85 tendo em vista que tal questão além de pacificada perante o Superior Tribunal de Justiça, este encontra-se SUMULADO, conforme anteriormente transcrito.

Ou seja, considerando uma demanda já ajuizada, igualmente, a existência de pacífico entendimento jurisprudencial acerca da matéria litigiosa, bem como súmula a respeito, constitui um sólido embasamento de outras decisões. Usualmente, o precedente consolidado resulta de exauriente atividade jurisdicional, inclusive com a manifestação dos Egrégios Tribunais Superiores, servindo de referência segura, portanto, a todos os julgadores de casos análogos.

Assim, ao desconsiderar a existência de precedentes e súmula sobre a matéria em comento, a negativa de vigência à Súmula editada por este Egrégio Tribunal Superior, atitude esta que enseja no inequívoco processamento e provimento do presente recurso.

Ora, os Recorrentes esperam a apreciação de matéria nos termos conforme já propugnado e sumulado pelo Egrégio Tribunal ad quem, sabendo-se que havendo divergência jurisprudencial as partes não possuem convicção de que sua pretensão será acolhida, mas simplesmente ingressa com a demanda esperando que a distribuição se dê perante juiz, câmara ou grupo de câmaras, que possua determinado entendimento favorável.

É exatamente essa insegurança - que beira os limites da instabilidade na prestação jurisdicional - que se pretende afastar com a adoção de entendimentos uniformes pelo Poder Judiciário, e desta forma dando plena vigência ao artigo 557, caput, do Código de Processo Civil combinado com a vigência da súmula 85 do STJ.

(...)

In casu, estamos diante de uma relação jurídica de trato sucessivo, já que, continuamente, o marco inicial do prazo prescricional para o

ajuizamento da ação se renova a cada vencimento percebido pelos ora Autores mês a mês, dia a dia, ano a ano, conforme é a orientação constante da Súmula 85 do STJ, anteriormente transcrita.

Corroborando ao entendimento, cumpre destacar o voto proferido pelo Tribunal do Pleno do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 110.419.

(...)

Desta forma, inexistente a possibilidade do v. aresto recorrido prosperar, tendo em vista que além de negar vigência à súmula 85 do STJ, motivo pelo qual se faz imprescindível sua reforma in totum.

**DA APLICABILIDADE DO 543-C, § 7º, INCISO II DO CPC**

Afastada a prescrição, adentremos ao mérito.

O mérito que abrange a observância do inteiro teor da Lei 8.880/94 pelos Estados e Municípios, também foi objeto de apreciação por este Egrégio Tribunal Superior, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil.

Nesse passo, cumpre destacar que em 14 de agosto de 2009 foi publicado o acórdão proferido no REsp 1.101.726 - SP, através do qual este Egrégio Superior Tribunal de Justiça definiu como recurso repetitivo a aplicação da Lei Federal 8.880/94 para Estados e Municípios, sem possibilidade de compensação com reajustes posteriores, (...).

Sendo a matéria dos autos exatamente àquela do julgado acima especificado, o presente caso amolda-se aos estritos termos do artigo 543-C, inciso II, parágrafo 7º, do Código de Processo Civil, na medida em que o v. acórdão recorrido divergiu da orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual deverá ser adequado à este julgado.

Desta forma, estando o v. acórdão recorrido divergente à orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.101.726/SP), os Recorrentes requerem que o presente feito seja reexaminado pela Colenda Câmara Julgadora, com fulcro no artigo 543-C, inciso II, parágrafo 7º, para que o v. acórdão esteja arrimado à uniformização da jurisprudência deste Tribunal Superior" (fls. 339/345e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 451/487e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 491/492e).

A irresignação não merece prosperar.

De início, cumpre destacar que, na linha da jurisprudência desta Corte, "o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do

inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, AgRg no AREsp 261.990/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2015).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A deficiência na fundamentação do recurso atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.

**3. Esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da Constituição Federal.**

(...)

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.463.533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015).

Mantido, portanto, o acórdão recorrido quanto à prescrição, impossível a apreciação das demais questões suscitadas.

Ante o exposto, não conheço do presente Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora